

**ESTUDOS CLÁSSICOS E
SEUS DESDOBRAMENTOS:**
ARTIGOS EM HOMENAGEM À PROFESSORA
MARIA CELESTE CONSOLIN DEZOTTI

Organizado por:
Fernando Brandão dos Santos
Jane Kelly de Oliveira

CULTURA
ACADÊMICA 

Editora

Copyright © 2015 by FCL-UNESP Laboratório Editorial
Direitos de publicação reservados a:
Laboratório Editorial da FCL

Rod. Araraquara-Jaú, km. 1
14800-901 – Araraquara – SP
Tel.: (16) 3334-6275

E-mail: laboratorioeditorial@fclar.unesp.br
Site: <http://www.fclar.unesp.br/laboratorioeditorial>

Estudos Clássicos e seus desdobramentos : artigos em homenagem à
professora Maria Celeste Consolin Dezotti / Organizado por: Fernando
Brandão dos Santos ; Jane Kelly de Oliveira. –
Es889 São Paulo, SP : Cultura Acadêmica, 2015.
326 p. ; 21 cm. – (Série Estudos Literários; 16)

ISBN 978-85-7983-728-9

1. Literatura clássica. 2. Dezotti, Maria Celeste Consolin.
3. Literatura -- Estudo e ensino. I. Santos, Fernando Brandão dos.
II. Oliveira, Jane Kelly de. IV. Série.

CDD 808.07

A ESTRUTURA SILOGÍSTICA DA FÁBULA

Márcio THAMOS

Introdução

Tradicionalmente a fábula é tida como uma espécie de texto didático, do qual, a partir de um exemplo narrado, uma pequena “história de bichos”, infere-se um preceito moral, uma asserção de caráter universal. Assim, costuma-se reconhecer que a fábula divide-se em duas partes, a história e a moral. A primeira constitui um discurso narrativo, e a outra um discurso de caráter dissertativo que interpreta o significado daquela.

À luz da moderna análise linguística, uma tal visão da fábula revela-se insuficiente, pois,

A consequência dessa tomada de posição dos estudos ditos humanísticos na tradição é que o aspecto propriamente discursivo da fábula, muito bem sugerido, embora não desenvolvido pela denominação, passa a plano secundário, para dar lugar a especulações conteudísticas pouco ou nada consentâneas, insiste-se, das preocupações com a linguagem. (LIMA, 1984, p.61).

Ressaltar a acepção de **fala** como sentido básico de **fábula**, do modo como faz Alceu Dias Lima em seu ensaio “A forma da

fábula” (1984), não será índice de mera curiosidade etimológica mascarada de eruditos escrúpulos de latinista, mas sim meio sugestivo e necessário para se chegar a uma compreensão da fábula como “procedimento discursivo, latente em fala” (LIMA, 1984, p.61, grifo do autor). Atentando mais de perto a esse dado diacrônico, em si essencialmente muito simples, descobrem-se novos e interessantes aspectos do texto fabulístico, tanto em nível sintático quanto em nível semântico, a partir de desdobramentos de análise que o instrumental semiótico possibilita. Como Maria Celeste Consolin Dezotti (2003, p.23, grifo do autor) confirma,

Quando se analisam as fábulas esópicas, levando-se em conta a sua instância de enunciação, observa-se que ela é um *discurso*, um *ato de fala*, que se realiza, conforme nos ensina Alceu Dias Lima (1984), pela articulação de três discursos: um discurso narrativo, um interpretativo ou moral, e um metalinguístico.

Partindo das ideias desenvolvidas no ensaio pioneiro de A. D. Lima, acima referido, procura-se aqui explorar um aspecto simples, mas, ao que parece, pouco observado na fábula: seu caráter lógico-discursivo, isto é, a estrutura silogística que se percebe em sua organização como enunciado.

A sintaxe discursiva da fábula

Do ponto de vista sintático, a fábula pode ser definida como uma figura de linguagem ou, poderíamos dizer, como uma espécie de macrofigura, já que se trata, conforme demonstra A. D. Lima (1984), de um recurso de expressão composto de maneira peculiar, a partir da relação formal de três discursos: um **figurativo**, a historieta narrada, um **temático**, a moral inferida, e ainda um outro a que o autor denomina **metalinguístico**, a conexão sintática entre os dois primeiros, para o qual reclama a devida atenção.

No discurso figurativo tem-se uma situação particular, concreta, vivenciada por personagens que agem em determinado lugar, num dado momento, isto é, em termos semióticos, um acontecimen-

to definido quanto aos aspectos de actorialização, espacialização e temporalização. Mediante o apagamento das marcas da enunciação, esse discurso, como narrativa, produz, a princípio, um efeito de objetividade, ao projetar no enunciado um sentido referencial.

O discurso temático, por sua vez, retoma o conteúdo do discurso figurativo em termos mais abstratos e gerais. Apresenta-se como uma espécie de conclusão lógica que se encerra numa proposição aforística, a que se convencionou chamar “moral”, inferida a partir do “exemplo” narrado. Se não fosse sempre acompanhado pelo discurso metalinguístico, o discurso temático da fábula criaria um efeito semelhante ao da enunciação de uma verdade científica, a qual se caracteriza por um enunciado cujos termos categoriais discursivos de pessoa, espaço e tempo encontram-se em grau zero, criando o efeito de sentido **neutralidade**.

Nas palavras de M. C. C. Dezotti (2003, p.24),

[...] a estrutura sintática do enunciado metalinguístico [“a fábula mostra”] camufla sua estrutura semântica: quem de fato mostra é o locutor, que se serve de uma narrativa como instrumento de demonstração. Por implicação, recupera-se também o alocutário, pois toda enunciação visa a um destinatário. Assim, como expediente retórico, o locutor se esconde atrás de seu próprio enunciado, sem, contudo, apagar todas as marcas de sua enunciação.

Em outros termos, deixar de reconhecer o discurso metalinguístico na fábula significa não notar no enunciado as marcas que denunciam a existência do narrador – e, portanto, as consequências que esse fato acarreta para o efeito de sentido geral do texto.

A comum explicitação dos discursos figurativo e temático nos textos de fábula, ou seja, sua manifestação inequívoca no enunciado, bem como a preocupação voltada apenas a questões relativas ao seu conteúdo, fez com que o discurso metalinguístico fosse deixado de lado ou simplesmente não percebido nas análises tradicionais de fábulas. Compreende-se que isso assim seja, dada a relativamente pequena extensão do discurso metalinguístico, quando se manifesta

em frases do tipo “esta fábula ensina que” ou tão somente “moral:”, e sobretudo quando se exprime apenas em termos suprasegmentais, no caso, a natural mudança de tom na passagem da história para a moral ou vice-versa. Deve-se insistir em que recursos como mudança de tom são de natureza estrutural e estão, portanto, sempre presentes no enunciado quer o leitor lhes dê ou não expressão através da voz. No caso da moral da fábula, parece razoável pensar na prolação em tom mais grave; no entanto, a rigor, não é a qualidade da entonação o que importa, pois em si mesma ela não é formal, mas sim, a mudança de registro, criando uma oposição significativa. Essa falta de atenção ao discurso metalinguístico de expressão suprasegmental deve-se provavelmente também ao fato de, em geral, trabalhar-se com o texto escrito como se ele fosse o próprio texto, e não uma simples convenção, apenas a possível, para representá-lo.

A ênfase no étimo de **fábula** ajuda a lembrar sua dimensão discursiva, o que possibilita uma leitura talvez menos ingênua dessa espécie de texto, ao favorecer a identificação desse terceiro discurso, até então não reconhecido como tal, que é em si mesmo uma indelével marca da enunciação, isto é, que se apresenta como índice evidente da manifestação dessa instância discursiva¹.

Mais do que a fábula propriamente dita, aquela de tradição esopiana, trata-se aqui de perceber o caráter retórico do discurso fabulístico. Isso a que A. D. Lima (2003, p.14, grifo do autor) denomina “efeito fábula”:

Entenda-se por *efeito fábula* toda a sequência que, independentemente do texto em que se encontra, evoca, por sua própria forma, a de uma fábula. A condição é aí, como se vê, a de que não haja dúvida quanto ao conceito eminentemente estrutural de fábula com o qual se trabalha. Nessa concepção, a uma subunidade discursiva figurativa mínima vem estruturar-se, por meio de outra subunidade discursiva metalinguística mínima,

¹ Vale lembrar, sempre com A. D. Lima (1984, p.65), que “[...] a bem considerar, todo e qualquer enunciado, qualquer texto ou discurso, ainda que não ultrapasse os limites de uma única frase, com marcas ou sem elas, implícita a sua enunciação.”

A estrutura silogística da fábula

uma terceira subunidade discursiva temática mínima. A unidade daí resultante é a fábula esopiana, reconhecível já por qualquer das três subunidades constitutivas, seja qual for o contexto ou discurso em que se encontre, pela simples força do pensamento estrutural.

Assim, virtualmente, o discurso moral vem sempre acompanhado do metalinguístico, que estabelece a conexão interpretativa entre aquele e o discurso narrativo. Esse arranjo sintático tridiscursivo estará sempre presente na estrutura da fábula, pois, sendo de natureza formal, reconstrói-se logicamente, isto é, por implicação, ainda que nem todos os seus termos constituintes estejam explicitados no corpo do enunciado.

Apesar disso, ou talvez se devesse dizer, por isso mesmo, a sintaxe discursiva não constitui a especificidade da fábula como texto literário. Afinal,

[...] não é esse um comportamento normal de todo aquele que discorre, que discursa, por tempo mais ou menos longo sobre qualquer assunto? Qual o orador (sacro, forense, parlamentar), qual o professor, o conferencista, que não joga com esses dois procedimentos, que não equilibra estrategicamente a doutrina e o exemplo, a frase séria e o dito chistoso? (LIMA, 1984, p.68).

Um tal arranjo discursivo não determina uma espécie narrativa, mas sim, uma espécie de figura retórica composta, uma macrofigura de linguagem, que pode ser usada como recurso expressivo em qualquer contexto, pois a justaposição de um discurso figurativo e um temático é procedimento comum na construção discursiva em geral.

A semântica discursiva da fábula

O que caracteriza a fábula como espécie narrativa é, como esclarece A. D. Lima, sua estrutura semântica discursiva. No texto da fábula comparecem atores humanos e não-humanos que,

distribuídos de acordo com essas duas categorias, instalam-se no enunciado da história ou no da moral. No discurso figurativo, o da história, tem-se sempre atores não-humanos, ainda que antropomorfizados. No discurso temático, sempre atores humanos, figuratizados ou não.

Atores não-humanos respondem por ações não-humanas, ou melhor, de *tipos* humanos, isto é, ações que podem caracterizar um estereótipo humano, mas não o humano em toda sua complexidade. Assim é que esses atores, mesmo quando figuratizados por pessoas, por apresentarem em seu núcleo sêmico o traço /humano/, não deixam de ser considerados não-humanos. Atores humanos respondem por virtuais ações humanas, uma vez que o discurso moral sempre se refere de modo abstrato e abrangente ao mundo dos homens.

Como observa José Luiz Fiorin (1984, p.72), refletindo a partir das ideias de Alceu Dias Lima aqui expostas,

A história tem como atores seres não-humanos. O narrador, entretanto, por meio de mecanismos semânticos, como, por exemplo, a seleção de temas e figuras, desqualifica os atores como não-humanos e qualifica-os como humanos. Assim, a fábula pode ser lida sobre duas isotopias.

Na fábula, o discurso figurativo cria o efeito de sentido **desumanização**, o que o faz ser visto sempre como uma “história de bichos”, enquanto o discurso temático promove a ideia de **reumanização**, ao projetar-se sobre o “homem humano”. Essa oposição aparente entre o discurso figurativo e o discurso temático cria, nesse caso, uma contrariedade não contraditória, uma vez que num contexto mais amplo, o do texto como um todo, ambos concorrem para um mesmo efeito de sentido, permitindo identificar a espécie narrativa. Assim, a fábula caracteriza-se justamente por esse procedimento semântico de **des/re-umanização** operado pelos discursos figurativo e temático.

Esses resultados a que chega A. D. Lima estudando a constituição discursiva da fábula fornecem subsídios que permitem apreender sua estrutura silogística, como veremos em seguida.

A estrutura silogística da fábula

Voltando agora a pensar no enunciado fabulístico como procedimento retórico, é possível notar que a fábula tradicional, à qual podemos chamar esopiana, apresenta uma configuração lógico-discursiva própria, que lhe confere também certa especificidade, construindo-se a partir de um argumento silogístico. Nessa estruturação, como se verá, o discurso metalinguístico desempenha um papel fundamental.

O silogismo é um procedimento básico de lógica formal. Apresenta-se como um raciocínio composto por três proposições organizadas de tal modo que a terceira, chamada conclusão, é inferida logicamente das duas primeiras, chamadas premissas maior e menor. Conforme ensina Marilena Chaui (2002, p.367-368, grifo do autor),

A doutrina do silogismo é a grande invenção da lógica ou da analítica aristotélica e dela depende a doutrina do pensamento científico como pensamento demonstrativo, pois “analítica” é o procedimento ou o método mediante o qual devemos encontrar as condições que permitem afirmar que uma certa conclusão é verdadeira ou falsa, isto é, o procedimento que nos conduz a determinar as premissas que levaram à conclusão e que por isso são as causas da conclusão. Nos *Primeiros analíticos* é exposta uma teoria geral de todos os silogismos, não importando se são ou não científicos. Nos *Segundos analíticos*, Aristóteles se ocupará exclusivamente com os silogismos científicos. Em ambos, o filósofo analisa, isto é, vai aos elementos, às causas e as condições do ato mental e verbal de ligar, isto é, do silogismo.

Ressalte-se aí a natureza do silogismo como um “ato mental e verbal de ligar”. Essa atividade cognitiva que se exprime explicitamente por palavras deve, portanto, associar ou reunir por relação lógica dois termos extremos, o maior e o menor, através de um termo médio. A conclusão ou dedução, nesse caso, é uma proposição que

estava implícita na relação entre um termo de maior extensão e outro de menor extensão.

De acordo com Nicola Abbagnano (2007, p.896-897 – “silogismo”),

O caráter mediato do S[silogismo]. decorre do fato de ser a contrapartida lógico-linguística do conceito metafísico de substância. Em virtude disto, a relação entre duas determinações de uma coisa só pode ser estabelecida com base naquilo que a coisa é necessariamente: sua substância.

Há uma série de regras na construção das proposições e em suas relações que devem ser observadas para que um silogismo possa ser considerado válido. De acordo com a “posição” que o termo médio ocupa nas premissas, formam-se quatro tipos básicos de silogismo, chamados então figuras. Portanto, “[...] o S[silogismo]. tem três termos, a saber o sujeito e o predicado da conclusão e o termo médio, mas é a função do termo médio que determina as diferentes figuras do silogismo.” (ABBAGNANO, 2007, p.897 – “silogismo”). A figura de silogismo que Aristóteles considerava a mais perfeita é aquela em que na constituição das premissas “o termo médio é sujeito na maior e predicado na menor” (CHAUI, 2002, p.371). Um exemplo desse tipo clássico de silogismo poderia ser:

Todo homem é mortal (premissa maior).

Esopo é um homem (premissa menor).

Logo, Esopo é mortal (conclusão).

Na premissa maior, o termo médio, representado pela noção “homem”, sujeito da proposição, recebe como atributo o termo maior, representado pela noção “mortal”; e na premissa menor, o mesmo termo médio torna-se predicado do termo menor, representado pelo nome próprio “Esopo”. Assim, na conclusão, conduzida por essa mediação, o termo maior se associa como atributo ao termo menor. Nesse exemplo, ser “homem”, noção que desempenha o

papel de termo médio, é a substância de Esopo e, portanto, a causa ou razão de sua “mortalidade”. A excelência desse tipo de silogismo se explica pelo fato de que

[...] o termo médio, sendo sujeito na [premissa] maior, tem o papel de uma substância à qual é atribuído um predicado [...]. Esse sujeito se torna um predicado na menor e por isso o que era sujeito-substância na [premissa] maior se torna uma qualidade ou uma propriedade de um outro sujeito na menor. Isto é, ele é incluído no outro sujeito, de tal modo que a ligação entre os dois termos extremos torna-se evidente por si mesma. (CHAUI, 2002, p.372).

O processo de conhecimento que assim se instaura com o desenvolvimento do silogismo é de tipo dedutivo. Trata-se de um raciocínio que vai do universal ao particular, de tal modo que uma proposição mais restrita deriva de outra mais geral, na qual, por inferência, ela já estava contida. Por isso, pode-se afirmar que “A definição aristotélica de silogismo coincide com a definição geral de dedução.” (ABBAGNANO, 2007, p.233 – “dedução”).

A teoria aristotélica do silogismo foi revista, incorporada ou questionada por diversos pensadores desde a Antiguidade, mantendo sempre seu prestígio no campo da lógica. Somente já nos tempos modernos, perderá a supremacia para a lógica matemática, que passa a dominar desde a segunda metade do século XIX, prevalecendo assim a famosa crítica de John Locke (1632-1704), segundo a qual o silogismo

[...] não descobre nem ideias nem a correlação entre ideias, que só a mente pode perceber, mas “demonstra apenas que, se a ideia do meio concorda com as outras a que se refere imediatamente de ambos os lados, então essas duas ideias distantes (ou das extremidades) certamente concordam” (ABBAGNANO, 2007, p.899 – “silogismo”).

Assim, superando a concepção substancialista de Aristóteles e atendo-se tão somente à concordância dos termos admitida por Locke, é possível notar que a fábula esopiana, do ponto de vista de sua organização formal, se reduz facilmente a um argumento silogístico. Contudo, por conta de seu peculiar arranjo tridiscursivo, apresenta-se não como o clássico raciocínio de caráter dedutivo, mas seguindo justamente o caminho contrário, mostra-se como um silogismo indutivo, isto é, como um raciocínio que vai do particular ao universal.

A fim de verificar esse procedimento, vejamos a seguir, como exemplos, três famosas fábulas de Fedro, autor romano da época imperial. Apresentam-se aqui as traduções de José Dejalma Dezotti que constam do livro *A tradição da fábula*, organizado por Maria Celeste Consolin Dezotti (2003):

A raposa e as uvas

Forçada pela fome, uma raposa tentava apanhar um cacho de uva numa alta videira, saltando com todas as suas forças.

Como não conseguisse alcançá-lo, afastando-se, diz:

“Ainda não estás maduro; não quero comer-te verde.”

Os que desdenham com palavras as coisas que não conseguem fazer,

deverão aplicar a si este exemplo.

(DEZOTTI, J., 2003, p.87).

A raposa e o corvo

Quem gosta de ser louvado com palavras de engodo, normalmente é punido pelo arrependimento e vergonha.

Um corvo tinha pegado um queijo de uma janela

e ia comê-lo, pousado em uma árvore,

quando uma raposa, ao vê-lo, assim pôs-se a falar com brandura:

“Oh! mas que brilho, Corvo, há em tuas penas!

Que grande beleza revelas no corpo e no rosto!

Se voz tivesses, nenhuma ave te seria superior.”

A estrutura silogística da fábula

E aquele, de tolo, querendo ostentar a voz,
deixou cair do bico o queijo, que, com presteza,
a ardilosa raposa apanhou com seus dentes ávidos.
Foi aí então que a lograda estupidez do corvo gemeu.
Esta história prova o quanto o talento é poderoso;
Sobre a força, sempre prevalece a sabedoria².

(DEZOTTI, J., 2003, p.85).

O cão que levava um pedaço de carne por um rio

Perde mercedamente o próprio quem cobiça o alheio.
Um cão levava a nado por um rio um pedaço de carne,
quando viu, no espelho das águas, sua própria imagem;
julgando ser uma outra presa levada por um outro cão,
quis arrebatá-la; porém sua avidez foi lograda:
não só deixou cair o alimento que trazia na boca,
como também, é claro, não pôde pegar o que cobiçava.

(DEZOTTI, J., 2003, p.77).

Como vimos, de acordo com o processo de dedução aristotélica, partindo de uma proposição geral aceita como verdadeira, chega-se a uma proposição particular como resultado necessário do raciocínio. Como se disse, desprezando a necessidade de um caráter substancial reconhecível no termo médio, exigência da teoria aristotélica, os silogismos dedutivos implicados nas fábulas acima poderiam ser assim enunciados:

A RAPOSA E AS UVAS

Quem despreza com palavras aquilo que não pode fazer é ridículo.

A raposa (é quem) despreza com palavras aquilo que não pode fazer.

Logo, a raposa é ridícula.

² Essa asserção final de “A raposa e o corvo”, embora do ponto de vista da enunciação guarde semelhanças com o discurso moral, não se confunde com ele. Trata-se, antes, de um comentário esporádico, sem valor formal para a estrutura da fábula.

A RAPOSA E O CORVO

Quem gosta de ser gabado é castigado e se arrepende.

O corvo (é quem) gosta de ser gabado.

Logo, o corvo é castigado e se arrepende.

O CÃO QUE LEVAVA UM PEDAÇO DE CARNE POR UM RIO

Quem cobiça o alheio perde o próprio.

O cão (é quem) cobiça o alheio.

Logo, o cão perde o próprio.

Antes de mais nada, cabe refutar um impedimento que se poderia aqui levantar, o de que em suas premissas os silogismos fabulísticos referem-se a bichos para, em seguida, apresentar uma conclusão referente a homens. Como se vê, de acordo com o procedimento semântico apresentado por A. D. Lima como característico da fábula, qual seja, o processo de **des/re-umanização**, esse argumento não seria pertinente, uma vez que termos como “desprezar”, “ser ridículo”, “gostar de ser gabado”, “ser castigado”, “arrepender-se”, “cobiçar”, não deixam dúvida de estar-se falando continuamente de homens.

Na verdade, a relação entre os termos dos silogismos, nesses casos, se baseia apenas na concordância entre as ideias. No entanto, observa-se que o arranjo dos termos nas proposições de cada um dos silogismos forma figuras perfeitas, isto é, o termo médio é sujeito na premissa maior e predicado na premissa menor; o termo maior é predicado na premissa maior e na conclusão; e o termo menor é sujeito na premissa menor e na conclusão. Assim, do ponto de vista da organização formal, a fábula comporta a estrutura de um silogismo dedutivo.

Contudo, nesse caso, a premissa maior é a proposição de sentido mais geral, ou abstrato, da qual se infere a conclusão, uma proposição de sentido mais particular, ou concreto. Esse movimento do raciocínio, que parte do geral para atingir o particular não corresponde de fato ao sentido textual da fábula. Nesta, a partir de um exemplo concreto, a narrativa, infere-se um preceito abstrato, a

moral, ou seja, o raciocínio se organiza discursivamente de modo a proceder do particular ao universal. O silogismo dedutivo, fazendo o movimento contrário, não equivale, como se vê, ao procedimento da fábula como um “ato de fala”.

Levando-se em conta a instância da enunciação, que propriamente aqui nos interessa, é de notar que ao se apresentar como um exemplo que ilustra um preceito moral, a fábula, como discurso, assume ares de um raciocínio indutivo, **partindo do caso particular para atingir o geral**³ – é esse o sentido claro que se reconhece na fábula, e que lhe valeu tradicionalmente o rótulo de “texto didático”, do qual se extrairia certo ensinamento como lição.

Vale notar que “O próprio Aristóteles vê na I[ndução]. um dos dois caminhos pelos quais conseguimos formar nossas crenças; a outra é a dedução” (ABBAGNANO, 2007, p.556 – “indução”). Como sabemos,

[...] na dedução, o termo médio jamais aparece na conclusão, enquanto na indução ele aparece, pois esta se realiza por comparação entre o médio e um extremo, depois de haver sido feita uma relação entre os dois extremos. (CHAUI, 2002, p.374).

Com efeito, voltando aos exemplos analisados, dos quais apresentamos acima as deduções silogísticas, reconhecemos as seguintes configurações discursivas, que correspondem propriamente a silogismos indutivos:

A RAPOSA E AS UVAS

A raposa (é quem) despreza com palavras aquilo que não pode fazer.

A raposa é ridícula.

Logo, quem despreza com palavras aquilo que não pode fazer é ridículo.

³ “A indução é o procedimento que leva do particular ao universal’: com esta definição de Aristóteles [...] concordaram todos os filósofos.” (ABBAGNANO, 2007, p.557 – “indução”).

A RAPOSA E O CORVO

O corvo (é quem) gosta de ser gabado.

O corvo é castigado e se arrepende.

Logo, quem gosta de ser gabado é castigado e se arrepende.

O CÃO QUE LEVAVA UM PEDAÇO DE CARNE POR UM RIO

O cão (é quem) cobiça o alheio.

O cão perde o próprio.

Logo, quem cobiça o alheio perde o próprio.

No silogismo indutivo, partindo de antecedentes mais particulares ou concretos, chega-se a uma conclusão mais geral ou abstrata. Essa proposição de caráter geral, abstrato, corresponde ao discurso temático da fábula, a moral da história. Percebe-se que o elemento responsável pela configuração da fábula como um silogismo indutivo é o discurso metalinguístico, equivalente da expressão “logo” que acompanha a conclusão de qualquer silogismo. Assim como o discurso metalinguístico pode assumir nas manifestações fabulísticas concretas as mais diversas expressões, variantes da fórmula “esta fábula ensina que”, incluindo-se aí sua expressão suprasegmental, também o conectivo “logo” que antecede a proposição conclusiva do silogismo poderia exprimir-se por enunciados do tipo “portanto”, “por conseguinte”, “assim conclui-se que”, ou ainda pelo mesmo recurso suprasegmental facultado ao discurso metalinguístico da fábula.

Como aponta A. D. Lima (1984, p.64), o discurso metalinguístico

[...] é sintaticamente exterior tanto à história em si quanto à moral da fábula. Sem o recurso aos conceitos postos à disposição pela teoria da enunciação, não há nenhuma possibilidade de explicação metodológica desse discurso na economia de uma fábula.

Do mesmo modo, a expressão “logo”, que aparece tradicionalmente nos argumentos silogísticos, como é claro, não pertence às

premissas e embora acompanhe sempre a conclusão é também um elemento exterior a ela. Na verdade, trata-se de um discurso meta-linguístico, que compõe a forma do silogismo, e como tal constitui uma evidente marca da enunciação. Na expressão “esta fábula mostra que”, o enunciador do discurso, o “eu” que fala, inadvertidamente se revela, trazendo à tona o efeito de subjetividade. Assim também, no silogismo, a expressão “logo” trai, por assim dizer, o efeito de neutralidade que a operação lógica pretendia criar, ao chamar a atenção para o “ato de fala” que está em processo. Basta notar que, no contexto do silogismo, o conectivo “logo” vale o mesmo que dizer “isto significa que” ou “as premissas mostram que”. Com efeito, percebe-se aí a presença do enunciador, que é quem de fato conduz o raciocínio verbal, fazendo uma inferência a partir da relação entre os antecedentes.

É importante notar que, no caso da fábula, o discurso meta-linguístico acompanha sempre a moral, conferindo, portanto, ao discurso temático o cunho de uma conclusão generalizante, inferida por processo indutivo, a partir da apresentação de um exemplo narrativo particularizante, o discurso figurativo.

De acordo ainda com M. Chaui (2002, p.374), a diferença entre a dedução e a indução

[...] é o que leva Aristóteles, na teoria do conhecimento, a dizer que a ordem da investigação é diferente da ordem da exposição ou demonstração: a investigação se faz por indução e a demonstração, por dedução.

A indução, portanto, poderia ser usada em exercícios de dialética ou com fins persuasivos, “mas não constitui ciência porque a ciência é necessariamente demonstrativa” (ABBAGNANO, 2007, p.557 – “indução”). Nesse sentido, deve-se salientar, a fábula, seguindo a estrutura de um silogismo indutivo, confirma-se como pertencente à retórica. Aliás, não há nisso novidade, pois, “O fato de Aristóteles ter tratado da fábula em uma obra como a Retórica já deixa entrever que, para ele, a fábula é um componente da arte retórica.” (DEZOTTI, M., 1988, p.8, grifo do autor).

Assim, pode-se entender que a fábula tradicional, à maneira de um silogismo indutivo, traça o percurso da investigação dialética, num exercício de persuasão retórica, que pretende levar à aquisição de um conhecimento empírico, a moral, a partir da observação de um exemplo mítico-imaginativo, a narrativa fabular.

REFERÊNCIAS

ABBAGNANO, N. **Dicionário de Filosofia**. 5.ed. rev. ampl. Tradução da 1. edição brasileira coordenada e revista por Alfredo Bosi; revisão da tradução e tradução dos novos textos Ivone Castilho Benedetti. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

CHAUÍ, M. **Introdução à história da filosofia**: dos pré-socráticos a Aristóteles. 2.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. v.1.

DEZOTTI, J. D. Fedro. In: DEZOTTI, M. C. C. (Org.). **A tradição da fábula**: de Esopo a La Fontaine. Brasília: UnB; São Paulo: IOE, 2003. p.73-90.

DEZOTTI, M. C. C. **A fábula esópica anônima**: uma contribuição ao estudo dos “atos de fábula”. 1998. 225f. Dissertação (Mestrado em Letras) - Instituto de Letras, Ciências Sociais e Educação, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 1988.

DEZOTTI, M. C. C. (Org.). **A tradição da fábula**: de Esopo a La Fontaine. Brasília: UnB; São Paulo: IOE, 2003.

FIORIN, J. L. A inauguração da inocência: uma estratégia do discurso do poder: a alteração do algoritmo narrativo. **Significação**: revista brasileira de semiótica, Araraquara, n.4, p.70-80, 1984.

LIMA, A. D. Prefácio. In: DEZOTTI, M. C. C. (Org.). **A tradição da fábula**: de Esopo a La Fontaine. Brasília: UnB; São Paulo: IOE, 2003. p.11-15.

_____. A forma da fábula: estudo de semântica discursiva. **Significação**: revista brasileira de semiótica, Araraquara, n.4, p.60-69, 1984.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

ERNOUT, A.; MEILLET, A. **Dictionnaire étymologique de la langue latine**: histoire des mots. 4.éd. Paris: Klincksieck, 1959.

FIORIN, J. L. **As astúcias da enunciação**: as categorias de pessoa, espaço e tempo. 2.ed. São Paulo: Ática, 2001.

GILES, T. R. **Introdução à Filosofia**. 4.ed. São Paulo: EPU: EDUSP, 1980.

GREIMAS, A. J.; COURTÉS, J. **Dicionário de semiótica**. Tradução de Alceu Dias Lima et al. São Paulo: Contexto, 2008.

PHÈDRE. **Fables**. 2.ed. Texte établi et traduit par Alice Brenot. Paris: Les Belles Lettres, 1961.

SÉGUIER, J. de (Dir.). **Dicionário prático ilustrado**. Edição actualizada e aumentada por José Lello e Edgar Lello. Porto: Lello & Irmão, 1966. t.3.